



CARTA MANIFESTO DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL - FECAMPO DF

Os povos do campo, a partir da sua organização em movimentos sociais para construir a Reforma Agrária, lutam pelo direito à Educação, no e do campo. E na luta forjam a Educação **do** Campo, afirmando o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Nesta luta, a garantia por escola se torna prioridade, pois boa parte da população do campo não tem esse direito garantido.

No Distrito Federal, onde 20% da população vive em territórios rurais, há uma urgente e emergencial demanda por uma política educacional que atenda a realidade e a especificidade de agricultoras/es familiares, negras/os, indígenas, Sem Terra (assentadas/os e acampadas/os da reforma agrária), trabalhadoras/es rurais assalariadas/os e outras/os, parcela da nossa população que tem sido historicamente negligenciada e abandonada pela política pública do governo do Distrito Federal.

Diante isso, o Fórum Permanente de Educação do Campo do Distrito Federal (FECAMPO - DF), que se constituiu em 2014, foi e é fundamental como instrumento de luta e debate por uma política pública de Educação do Campo no DF. Garantiu, por exemplo, a inclusão no Plano Distrital de Educação (PDE, 2015-2024) da Meta 8 e suas 41 Estratégias de Atuação para o cumprimento de uma Educação Básica do Campo à população camponesa. Todavia, faltando apenas quatro anos para finalizar o período previsto para o cumprimento do PDE, verifica-se preliminarmente (Censo da Educação Básica, 2015-2019) um percentual muito baixo de implementação de suas ações, revelando características muito pontuais e descontinuadas nas ações executadas para um universo de 80 unidades escolares do campo em um total de 795 escolas que integram a rede pública de ensino do DF, o que representa 11,71%, conforme dados do Censo Escolar de 2019.

Ademais, neste contexto de pandemia, com o Ensino Remoto e/ou Híbrido estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação do DF – SEEDF, observa-se grande carência de infraestrutura tecnológica, de serviços de telefonia e de internet no território rural do DF, além da precarização do trabalho docente, que vulnerabiliza e desampara,

ainda mais, o direito à educação das/os estudantes do campo. Situação que nos leva a seguinte reflexão: como estudar sem as devidas condições e, muitas vezes, com a fome, que volta a ser realidade para muitas/os trabalhadoras/es do nosso país?

O momento histórico, agravado pela crise sanitária, revela-se no fracasso político direcionado aos povos do campo, expostos e vulneráveis à contaminação pela COVID-19, oprimidos pela agenda neoliberal e conservadora. A crise econômica no Brasil é acirrada pelo Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e pelas Reformas Trabalhista e Previdenciária, que impacta direta e negativamente os direitos de homens e mulheres do campo. Dentre esses direitos, o direito constitucional e subjetivo à educação, esvaziado pelos cortes de recursos em infraestrutura, na formação de professoras/es, no acesso e na permanência de estudantes nas escolas do campo.

A precariedade na Educação do Campo se agrava com o duro golpe orçamentário e ideológico promovido pelos governos federal e distrital sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - política pioneira da Educação do Campo. Em seus 22 anos de existência, o PRONERA, que formou mais de 190 mil estudantes, vem sofrendo sistemáticos e graduais cortes orçamentários que chegam a 90% de seu montante inicial. O programa, que até 2014 era executado com receita anual de aproximadamente 35 milhões de reais, atualmente amarga a previsão de 20 mil reais para 2021, dada pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2021).

Portanto, está em curso uma política de descaso e desrespeito com a população camponesa, sobretudo, ao seu direito à Educação no e do Campo. Este Fórum repudia e reitera que toda ação que deixa os povos do campo marginalizados de seus Direitos Humanos e Sociais se constitui como um verdadeira crime lesa humanidade. Alertamos também que este é o momento de garantir saúde a toda população do campo do Distrito Federal, salvar vidas, fortalecer e defender o Sistema Único de Saúde. É momento de garantir recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à oferta de escolarização e estrutura adequada para estudantes e profissionais da educação.

Por fim, este Fórum vem manifestar o repúdio a todas as formas de exclusão e exigir do Governo do Distrito Federal o cumprimento e a garantia ao acesso e à permanência na escola a TODAS e TODOS as/os estudantes, com suporte de infraestrutura e materiais apropriados para a produção de seus conhecimentos (item *e* da estratégia 8.2 do PDE) por uma educação pública no e do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO!